



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias três e quatro de junho de um mil novecentos e noventa e dois, a partir das quatorze horas do dia quatro de junho, ocorreu a Décima Quarta Reunião do Conselho Nacional de Saúde, Período um mil novecentos e noventa e um e um mil novecentos e noventa e cinco, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Dr. **ADIB DOMINGOS JATENE**, e secretariada pelo Coordenador Geral do Conselho, Dr. **SYLVAIN NAHUM LEVY**. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos Conselheiros **José Zuca Moreira Lustosa**, Presidente do CONASS e de seu Suplente, Dr. **Jofran Frejat**, por estarem participando de outro evento. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** enviou correspondência justificando sua ausência no primeiro dia de Reunião. O Suplente Conselheiro **Antonio José dos Santos Peçanha** representou a Conselheira **Eunice Ribeiro Durhan** e o Suplente Conselheiro **Cláudio José Allgayer** representou o Conselheiro **Chafic Wady Farhat**. Constatou-se a existência de quorum regimental para o caráter deliberativo da Sessão. O Senhor Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde fez as apresentações dos novos Conselheiros, cumprimentando-os e dando-lhes as boas vindas. Informou que será publicado, brevemente, no Diário Oficial da União, a nova composição. A Ata da Reunião anterior foi colocada em discussão e aprovada com as correções propostas pelos Conselheiros **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, **Carlos Reinaldo de Souza** e **Ivo Fortes dos Santos**. Foi lida a comunicação da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, de substituição do Conselheiro **Antonio Taumathurgo Cortizo**, que foi indicado para uma vaga de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho – TST. O Senhor Presidente do Conselho, em nome do Plenário, parabeniza o referido Conselheiro. O Conselheiro **Antonio T. Cortizo** pediu a palavra e agradeceu a manifestação do Plenário e apresentou suas despedidas ao Conselho Nacional de Saúde. O Senhor Presidente do CNS e Ministro da Saúde, Dr. **ADIB DOMINGOS JATENE** informou sobre a obtenção, pelo Ministério da Saúde, de recursos financeiros que possibilitaram um reajuste de quarenta por cento para pagamento de atividades hospitalares e percentuais específicos até maiores em relação a alguns serviços especializados. Mesmo que ainda não seja o ideal, os valores conseguidos foram os possíveis, nas negociações com os setores econômicos do Governo. O Ministério da Saúde já tem o registro de todas as AIH's pagas e está fazendo levantamento nacional da distribuição e pagamento das mesmas para identificar as distorções e corrigi-las. O Senhor Ministro de Estado da Saúde comprometeu-se trazer o levantamento e análise das AIH's, na próxima reunião do Conselho, para apresentação ao Plenário. Em seguida, o Senhor Ministro da Saúde facultou a palavra aos Conselheiros que quisessem fazer uso dela, O Conselheiro **Francisco Ubiratan Dellape** falou da situação do atendimento ambulatorial em São Paulo, onde, segundo constatou, não há limites para o atendimento pelos serviços, mas há limites de pagamento. E que no Rio de Janeiro a situação é de que há limites tanto para o pagamento quanto para o atendimento ambulatorial. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** propôs a criação de uma “**mesa para negociação**”, que funcionasse como uma Câmara Setorial para o Setor Saúde, a exemplo do que já ocorre em outros setores. Propôs que essa “**Câmara setorial**” fosse constituída por representantes do Governo, do setor privado, de profissionais de saúde e de usuários. O assunto ficou de entrar na Pauta da Reunião, depois de discutidos os temas já pautados. O Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos** informa que está acompanhando e parabeniza o trabalho realizado pelo Senhor Ministro da Saúde a frente do Ministério. Perguntou quais as providências do Ministério em relação a falta de medicamentos no país. O Senhor Ministro da Saúde reconheceu que o fato é verdadeiro, que existe falta de alguns medicamentos importantes e que está havendo dificuldades de repor os estoques por falta de recursos financeiros, causados, entre outros motivos, pela questão do não recolhimento do FINSOCIAL. E que estuda a possibilidade da compra de alguns medicamentos no exterior. O Conselheiro **Antonio Peçanha** informou que à Associação Brasileira de Hospitais de Ensino, que reúne os hospitais universitários, solicita a participação do CNS, ao que a Mesa respondeu sobre as dificuldades de todos os segmentos do Setor Saúde estarem representados diretamente no Conselho e que no caso, o próprio Ministério da Educação poderia assumir essa representação. O Senhor Ministro da Saúde solicitou permissão para retirar-se da Reunião, devido a outros compromissos, e o Coordenador Geral do CNS, Dr. **SYLVAIN NAHUM LEVY**

assumiu a coordenação da Sessão. Passou-se ao **Tema 01**, que tratava da IX Conferência Nacional de Saúde, com relato do Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros**, da Comissão Organizadora da Conferência. Foi apresentado documento da Comissão Organizadora, dispondo sobre a programação do evento, com os Painéis Gerais e Específicos da mesma. Propôs que se avaliasse os cinco Painéis Centrais da Conferência. Os Conselheiros **Francisco Ubiratan Dellape** e **Cláudio J. Allgayer** questionam que o Conselho Consultivo da IX Conferência não reuniu-se nem apreciou, previamente, a proposta apresentada, solicitando que conste em Ata esse questionamento. O Conselheiro **Jocélio Drummond** também se pronunciou sobre a necessidade do Conselho Consultivo da IX Conferência discutir o assunto. Após discussão da questão, o Plenário optou por realizar naquele momento a discussão do Temário e Painéis Centrais da IX Conferência, para que não houvesse mais atrasos na organização da mesma, reconhecendo que a última palavra sobre o assunto é do Plenário do CNS. O Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos** fez solicitação para que o Conselho Nacional de Saúde esteja presente em Painéis da IX Conferência, o que o Conselheiro **José Eri Medeiros** ficou de estudar e abrir esse espaço ao CNS. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** propôs que o Plenário discutisse e aprovasse o Programa de Painéis apresentados pela Comissão Organizadora. Foram aprovados os seguintes Painéis com seus respectivos componentes. Para aprofundar a discussão e apresentar ao Plenário uma proposta mais homogênea foi instituída uma sub-comissão formada pelos Conselheiros **José Eri Medeiros**, **Cláudio Allgayer** e **Jocélio Drummond** tendo sido, em seguida, aprovados os seguintes Painéis Centrais, com os respectivos participantes e coordenadoras: **Dia 09/08/92 – Mesa de Abertura: “A Saúde do SUS – O Processo das etapas municipais e estaduais da IX Conferência Nacional de Saúde”** – Coordenador: Raimundo Bezerra; Participantes: CONASS, CONASEMS, CONAN, Prestadores Privados de Saúde, Representante dos Profissionais de Saúde escolhido pela Plenária Nacional de Saúde e Representante da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Saúde. **Dia 10/08/92 – Conferência Inaugural** proferida pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Saúde, **ADIB DOMINGOS JATENE**, que escolherá o título de sua conferência **PAINEL 1 – “Sociedade, Governo e Saúde – Políticas de ajuste econômico: Consequências nas Políticas sociais, custo social e democracia”** – Coordenador: Ministro **ADIB DOMINGOS JATENE**; preliminarmente a definição dos participantes o Conselho Nacional de Saúde definiu as linhas que norteariam as apresentações, sendo estabelecido que seriam representativas das correntes de pensamento que orientam a ação governamental e aquelas que seguem os ideários socialista social democrata, social liberal e humanista, esta última representada pela Igreja, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Foram, então, definidos os nomes dos representantes de cada linha de pensamento e ação: Governo – Ministro **Marcílio Marques Moreira**; Socialismo – **Luiz Inácio Lula da Silva**; Social Democracia – **Fernando Henrique Cardoso**; Social Liberal – **Paulo Rabelo** ou **Roberto Campos**; Humanística – **D. Luciano Mendes de Almeida**. **Dia 11/08/92 – PAINEL II – “Sociedade, Governo e Saúde – Políticas Públicas: Caminhos da Seguridade Social no Brasil”** – Coordenador: Senador **Almir Gabriel**; Participantes: Ministro da Previdência Social, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Central Única dos Trabalhadores, Comissão Seguridade Social da Câmara dos Deputados e Confederação dos Aposentados do Brasil. **Dia 12/08/92 – PAINEL III – “Implementação do SUS – Descentralização e Municipalização, Gestão Pública e Privada, Recursos Humanos e Modelo Assistencial”** Coordenador: Deputado **Sérgio Arouca**; Participantes. Ministério da Saúde, CONASEMS, CONASS representante dos usuários e representante dos prestadores privados de serviços de saúde. **Dia 13/08/92 – PAINEL IV – “Controle Social: Na Seguridade Social e no SUS”** – Coordenador: A ser indicado pelas associações dos portadores de Patologia, tendo sido sugerido e em princípio aceito, o nome do sociólogo **HERBERT DE SOUZA**; Participantes: CONTAG, parlamentar indicado pela Associação Nacional dos Vereadores, CGT, CNBB, representante das associações de portadores de patologia e representante do Conselho Nacional de Saúde. O Plenário deliberou atribuir à Comissão Organizadora a responsabilidade de definir os nomes e os contatos com os representantes das entidades participantes dos painéis e a função que deverão exercer os coordenadores dos painéis. Em relação aos Painéis Específicos ficou deliberado que uma reunião da Comissão Organizadora – Comitês Executivo e Consultivo – deveria ser convocada para preparar a proposta a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Saúde na próxima reunião de julho. Passou-se ao **Tema 02**, que tratava da questão do FINSOCIAL. O Senhor Ministro da Saúde informou que esteve presente à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados para discutir o assunto e que foi criada uma comissão de deputados federais de vários Partidos para entrar em contato e discutir o problema com o Supremo Tribunal Federal – STF. O Senhor Ministro também fez contatos com o Senhor Procurador Geral da República, **Dr. Aristides Junqueira**, que manifestou-se no sentido do STF julgar a questão. O Plenário do Conselho deliberou que não se procuraria mais a realização da campanha pelo FINSOCIAL nos meios de comunicação e foi criada uma comissão de Conselheiros para ir ao STF. Essa Comissão foi composta dos

Conselheiros **Carlos Eduardo Ferreira, Mário da Costa Cardoso Filho, Francisco Ubiratan Dellape, Ivo Fortes dos Santos e Ernani Vitorino Aboim Silva**, que iria, nos dias da Décima Quarta Reunião do CNS, ao STF e se entrevistaria com o Senhor Presidente do Tribunal, Ministro **Sidney Sanches**, e com o Relator do processo sobre o FINSOCIAL, Ministro **Moreira Alves**. Posteriormente, essa Comissão informaria ao Plenário do CNS os resultados de seus contatos no STF. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** solicitou que constasse em Ata sua posição contrária à ida de uma Comissão do CNS ao STF para tratar da questão do FINSOCIAL. O **Tema 03**, sobre a Portaria nº 167/91 SNAS/MS, teve sua discussão adiada para próxima Reunião, a pedido do Relator do Tema. Sobre o **Tema 04**, a Mesa informou que a Exposição de Motivos e respectivo Decreto com a nova composição do Conselho, já foram encaminhados à Presidência da República para assinatura e publicação no Diário Oficial da União, devendo a situação está resolvida até a próxima Reunião. Passou-se ao **Tema 05**, com os relatórios das Comissões de Análise e Visita para Parecer sobre novos Cursos na Área da Saúde. Em primeiro lugar, o CNS discutiu os critérios para receber solicitações de análises de novos Cursos na Área da Saúde e deliberou-se que não seriam recebidos pedidos de análises de Cursos que já estivessem em funcionamento. O CNS também resolveu apreciar somente os processos de novos Cursos na Área da Saúde, encaminhados a partir de dezembro de 1991, quando foi publicada a Resolução nº 17, de 23/12/91 sobre a competência do Conselho para deliberar sobre o assunto. O relatório a ser analisado foi sobre a Criação do Curso de Medicina da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), no Rio Grande do Sul. O relatório da Comissão foi lido pelo Conselheiro **José da Silva Guedes**, que informou que a Comissão não chegou a um consenso sobre o assunto, e que os relatos seriam, portanto, verbais e individuais, feitos por cada membro da Comissão, para que o Plenário do CNS tomasse uma deliberação. O relatório apresentado pelo Conselheiro **José da Silva Guedes** restringiu-se a um relato geral sobre a documentação apresentada pela Universidade, a visita ao local e ao Relatório do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. A Comissão que analisou a criação do Curso de Medicina da UNIJUÍ era constituída pelos Conselheiros **José da Silva Guedes, Ivan de Moura Fé, Aloísio Carneiro, Elísio Nunes Ribeiro, Mário da Costa Cardoso Filho e Thiers Ferreira**. A posição da Comissão dividiu-se entre três votos favoráveis à criação do Curso e três votos contrários. Foram favoráveis à criação do Curso de Medicina na UNIJUÍ, os Conselheiros **Aloísio Carneiro, Elísio Nunes Ribeiro e Thiers Ferreira**. Foram contrários, os Conselheiros **José da Silva Guedes, Ivan de Moura Fé e Mário da Costa Cardoso Filho**. O Plenário abriu espaço para que o tema em questão fosse ampla e democraticamente debatido, e vários Conselheiros se pronunciaram a favor ou contra a criação do Curso. O Conselheiro **Aloísio Carneiro** protestou e pediu que constasse em Ata sua posição contra ao que denominou de “**panfletagem**” de material impresso contra a criação do Curso, que foi distribuído por pessoas que assistiam à Sessão Plenária, na medida que a Reunião do CNS foi aberta a assistentes. Em seguida a discussão, a Mesa pôs o assunto em votação e, sendo um Tema que gerou muita polêmica e para evitar futuras interpretações não condizentes com a verdade dos fatos, propôs-se que a votação fosse nominal, com cada Conselheiro presente declarando seu voto. Apurada a votação, o resultado foi que quatorze Conselheiros se pronunciaram contra a criação do Curso de Medicina da UNIJUÍ, sete Conselheiros votaram a favor da criação do Curso e quatro Conselheiros se abstiveram. Votaram a favor da criação do Curso os Conselheiros **José Eri Osório de Medeiros, Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, Hilário Gottselig, Ivo Fortes dos Santos, Thiers Ferreira, Elísio Nunes Ribeiro** (como Suplente do Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa**), **Leilton Pereira Guedes**, Votaram contra a criação do Curso, os Conselheiros **Antonio José dos Santos Peçanha** (como Suplente da Conselheira **Eunice Ribeiro Durhan**), **Mozart de Abreu e Lima, José da Silva Guedes, Francisco Ubiratan Dellape, Paulo Sérgio Barros Barbanti, Sérgio Henrique Ferreira, Mário da Costa Cardoso Filho, Cláudio José Allgayer** (como Suplente do Conselheiro **Chafic Wady Farhat**), **Carlos Eduardo Ferreira, Nelson Seixas, Zaira Campedelli Galante, Elizaldo Luiz de Araújo Carlini, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim Silva**. Os Conselheiros que se abstiveram foram os Conselheiros **Jocélio Henrique Drummond, Zilda Arns Neumann, Francisco Augusto Vieira Nunes, Ana Maria Lima Barbosa**. Apresentaram Declaração de Voto por escrito os Conselheiros **Jocélio Henrique Drummond, Cláudio José Allgayer, Francisco Augusto Vieira Nunes e Ana Maria Lima Barbosa** (declarações estão anexas a esta Ata – Anexo 01). Estavam ausentes, no momento da votação, os Conselheiros, e seus respectivos Suplentes, **Paulo Bezerril Júnior, José Zuca Moreira Lustosa, Rui Brasil Cavalcanti, Carlos Reinaldo de Souza**. Após a votação, foi deliberado que a posição do Conselho Nacional de Saúde seria enviada ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação. O Conselheiro **Thiers Ferreira** propôs que o CNS se manifestasse junto ao Ministério da Educação e, especificamente dirigindo-se à Secretaria Nacional de Ensino Superior – SENESU, no sentido de que fosse constituída uma comissão de avaliação das faculdades brasileiras na área da saúde, verificando, principalmente, a capacidade de formação de profissionais competentes para sua função social. O Plenário aprovou a proposta e a

Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde ficou encarregada de oficiar o assunto à SENESU, do Ministério da Educação (Anexo 02). Passou-se para o Relatório da Comissão de Análise e Visita para Parecer sobre a criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Essa Comissão foi composta dos Conselheiros **Leilton Pereira Guedes**, **Stella Maria Pereira Barros** e **Cláudio José Allgayer**. O Conselheiro **Leilton Pereira Guedes** apresentou o Parecer da Comissão favorável à criação desse Curso, bem como Resolução do Conselho Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, também favorável. O Plenário do CNS aprovou a criação do Curso de Enfermagem da UFMS e a Coordenação Geral do CNS ficou incumbida de oficiar a decisão ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** absteve-se na votação e apresentou Declaração de Voto, em anexo a essa Ata (Anexo 03). Foi, então, encaminhada a discussão do Relatório da Comissão de Análise e Visita sobre o Curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. A Comissão foi constituída dos Conselheiros **Nelson Seixas**, **Zilda Arns Neumann** e **Francisco Ubiratan Dellape**. A Conselheira **Zilda Arns Neumann** apresentou o Parecer da Comissão favorável a aprovação do Curso. O Plenário deliberou, por unanimidade, acatar o Parecer da Comissão e aprovar o Curso de Psicologia da UFSe. A Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde oficiará ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação da decisão do Conselho Nacional de Saúde. Em relação a apreciação da criação de Curso de Medicina na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, no Rio Grande do Sul, a Mesa apresentou Ofício do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, afirmando que ainda está analisando a questão e que se pronunciará em breve. O Conselho Nacional de Saúde resolveu aguardar o pronunciamento do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, como tem sido a praxe em todas as análises de novos cursos na área da saúde. Foi deliberado que, para melhor uniformizar o processo de análise da Criação de Novos Cursos na Área da Saúde, o Conselheiro **Ernani Aboim** prepararia documento inicial com proposta de roteiro de análise, que seria remetido a Comissão Técnica de Atuação Profissional na Área da Saúde – CT/APAS para que essa Comissão Técnica elaborasse roteiros específicos para cada Curso. Passou-se ao **Tema 06**, sobre Projeto de Lei em Tramitação na Câmara dos Deputados, tratando da Aplicação e Divulgação de Índices de Desempenho de Serviços de Saúde. O Plenário deliberou encaminhar esse Projeto para análise das Comissões Técnicas de Atuação Profissional na Área da Saúde – CT/APAS, de Prestadores Privados de Serviços de Saúde – CT/PPSS e de Usuários de Serviços de Saúde retornando posteriormente para análise pelo Conselho Nacional de Saúde. O **Tema 07** tratava de Projeto de Lei da Câmara dos Deputados sobre a Eutanásia. O Plenário deliberou devolver o Projeto à Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, de onde foi encaminhado ao Conselho, considerando que o tema não é de competência do Conselho Nacional de Saúde. O **Tema 08**, dizia respeito a Projeto de Lei da Câmara dos Deputados sobre a Introdução da Matéria Homeopatia no Currículo das Escolas Médicas. O Projeto foi distribuído ao Conselheiro **Antonio J. dos Santos Peçanha** para análise e Parecer e retornar ao Plenário. O **Tema 09** tratava de recomendação a ser decidida pelo Conselho Nacional de Saúde em relação a Dispensa de Ponto e Abono de Falta de Servidores que são membros dos Conselhos de Saúde, quando participando das atividades desses Conselhos. O Relator do Tema foi o Conselheiro **Antonio T. Cortizo**, que apresentou proposta de Resolução sobre o mesmo. A proposta foi aprovada com modificação e está anexa a esta Ata (Anexo 04). O **Tema 10** ficou adiado para a próxima Reunião, por escassez de tempo para discussão. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN N. LEVY** comunicou ao Plenário a realização, no dia onze de junho do corrente mês, de Oficina de Trabalho entre o Ministério da Saúde e a Coordenação da Cooperação Técnica Italiana no Brasil, e que os Conselheiros que quisessem participar estavam convidados pelo Ministério da Saúde. Foi comunicado também que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde estava encaminhando Projeto de Avaliação do Funcionamento de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, a ser realizados por Instituições Acadêmicas, com o apoio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – e com os recursos originários do Banco Mundial e destinados a Projetos do Ministério da Saúde. Passou-se aos Temas extrapauta e foi encaminhada a proposta do Conselheiro **Jocélio H. Drummond**, para discussão da **“Política Salarial no Sistema Único de Saúde: a Organização de uma Mesa de Negociação Salarial”**. O Plenário deliberou que seria realizado um Seminário sobre o assunto, patrocinado pelo Conselho Nacional de Saúde, e que os Conselheiros **Jocélio H. Drummond** e **Cláudio J. Allgayer** trariam uma proposta elaborada na próxima Reunião. Outro Tema tratado, por solicitação do Senhor Secretário de Saúde de Minas Gerais, Doutor **José Saraiva Felipe**, presente a essa Reunião do Conselho, dizia respeito a realização em Belo Horizonte do 12 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Saúde, nos dias vinte e cinco e vinte e seis de junho próximo, e patrocinado pela Secretaria do Estado da Saúde de Minas Gerais e pelo Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. Doutor **José Saraiva Felipe** solicitou o apoio do Conselho Nacional de Saúde ao Encontro. O Plenário aprovou por unanimidade esse apoio e elaborou

237 Recomendação sobre o assunto (Anexo 05). O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** solicitou ao
238 Plenário que o Conselho Nacional de Saúde também promova, posteriormente, um Encontro Nacional
239 de Conselhos Estaduais de Saúde, o que foi aprovado. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** fez
240 pedido de informação à Secretaria Nacional de Assistência a Saúde do Instituto Nacional de
241 Assistência Médica da Previdência Social – SNAS/INAMPS, a ser encaminhado pela Coordenação
242 Geral do Conselho Nacional de Saúde, sobre a distribuição das AIHs e UCAs no Estado do Maranhão,
243 particularmente no que se refere a Capital do Estado, São Luís, na medida em que teve informações de
244 divergências entre o Governo do Estado e a Prefeitura da Capital que não estão em acordo sobre essa
245 distribuição. A Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho foi encerrada e estiveram presentes e
246 assinaram o Livro de Presença os Conselheiros **Antonio José dos Santos Peçanha, Mozart de**
247 **Abreu e Lima, José da Silva Guedes, José Eri Osório de Medeiros, Jocélio Henrique Drummond,**
248 **Antonio M. Thaumaturgo Cortizo, Hilário Gottselig, Rui Brasil Cavalcanti, Francisco Ubiratan**
249 **Dellape, Paulo Sérgio Barros Barbanti, Zilda Arns Neumann, Sergio Henrique Ferreira, Ivo Fortes**
250 **dos Santos, Carlos Reinaldo de Souza, Mário da Costa Cardoso Filho, Thiers Ferreira,**
251 **Swedenberger do Nascimento Barbosa, Cláudio José Allgayer, Carlos Eduardo Ferreira, Leilton**
252 **Pereira Guedes, Francisco Augusto Vieira Nunes, Nelson Seixas, Zaira Campedelli Galante, Ana**
253 **Maria Lima Barbosa, Elizaldo Luiz de Araújo Carlini, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim**
254 **Silva. FIM.**